Assuntos:

- Revogação da suspensão da prisão
- Audição do arguido do art.º 476.º, n.º 3, do Código de Processo Penal de Macau
- Princípio do contraditório
- Art.º 107.º, n.º 2, al. d), segunda parte, do Código de Processo Penal de Macau

S U M Á R I O

Apesar de ser inegável que a parte final do n.º 3 do art.º 476.º do Código de Processo Penal de Macau (CPP) traduz uma das manifestações possíveis do princípio do contraditório, a preterição deste princípio não conduz necessariamente, ou de modo apriorístico, à figura de nulidade dependente de arguição prevista no art.º 107.º, n.º 2, al. d), segunda parte, do mesmo Código, posto que este princípio, não obstante fundamental em prol da dialéctica processual, pode ser afastado nos casos de manifesta desnecessidade.

Assim, preterido o princípio do contraditório afluado no art.º 476.º, n.º 3, segunda parte, do CPP, é ao tribunal que compete, no seu prudente arbítrio face às circunstâncias do caso concreto, decretar ou não a nulidade processual dependente da arguição prevista no art.º 107.º, n.º 2, al. d), segunda parte, do mesmo diploma, conforme entende que a irregularidade, cometida por omissão da audição prévia do condenado antes da tomada de decisão de revogação da suspensão da prisão, pode ou não exercer influência no exame ou decisão da causa, no sentido de ser essencial para a descoberta da verdade.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 130/2004

(Autos de recurso penal)

Recorrente: (A)

Tribunal a quo: 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Base

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

(A), com os sinais dos autos, veio recorrer do seguinte despacho judicial de 5 de Março de 2004, proferido no processo contravencional n.º 846/98 e actualmente afecto ao 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Base:

<<Nos presentes auto de Processo Contravencional n.º 846/98, de 2º Juízo, por decisão de 22.01.1999, por factos ocorridos em 12.11.1998, foi o arguido (A), condenado em autoria material de uma contravenção de condução sem habilitações p. e p. pelo artº 67º nº 1 e 2 do Código da Estrada, **na pena de dois (2) meses de prisão e na multa de \$20000 patacas, correspondente equitativamente em três meses de prisão alternativa, suspende a execução da pena de prisão por 3 anos.**

Nos autos de Processo Comum Colectivo n° PCC-045-01-3, de 3°Juízo, por acórdão de 14.11.2003, pelo factos ocorrido em 04.05.2000, o arguido foi condenado na pena de 5 meses de prisão, pela prática de um crime de abandono do sinistrado; **na pena de multa de \$10000 patacas com a pena subsidiária de 60 dias pela prática de uma contravenção de condução sem habilitação p. e p. pelo artigo 67° bn°1 e 70° do Código da Estrada** e na pena de multa de \$1000 patacas pela prática de uma contravenção p. e p. pelo artigo 15° n° 1 e 72° n° 1 do Código da Estrada; em cúmulo na pena única global de 5 meses de prisão e multa de \$11000 patacas com alternativa de 60 dias de prisão, suspende por 3 anos com a condição de não poder conduzir sem carta durante esse período.

*

No decurso do período da suspensão da execução da pena concedida nos presentes autos, o arguido cometeu novas contravenções da mesma natureza, factos que foram condenados no supra-referido Processo Comum Colectivo n° PCC-045-01-3, de 3°Juízo.

Assim, considero que as finalidades que estavam na base de suspensão decretada nos presentes autos não puderam, por meio dela, ser alcançadas. Pelo que determino **a revogação da suspensão da execução da pena** imposta pelo presente processo, nos termos do art. 54° e 124° do C.P.M.

Notifique.

Passe os competentes mandados de detenção, oportunamente.

[...]>> (cfr. o teor de fls. 44 a 44v dos presentes autos correspondentes, e *sic*).

Para o efeito, concluiu o mesmo recorrente a sua motivação de recurso apresentada a fls. 54 a 60 dos presentes autos e nela peticionou nos seguintes termos:

<<[...]

1. O despacho recorrido sofre de nulidade insanável, atento o disposto no artº 476º nº 3, conjugado com a alínea d), segunda parte, do nº 2 do artº 107º do CPP, na medida em que, como resulta claramente do preceito, exige-se a audição prévia do condenado para a prolação do referido despacho de revogação, o que não foi feito.
2. O referido despacho viola, assim, além da disposição acima citada o princípio do contraditório, insito no artº 36º da Lei Básica, na medida em que se negou ao condenado um direito básico – o de ser ouvido antes de uma decisão que o afecte.
3. A revogação da suspensão da execução da pena exige que se infrinja grosseira ou repetidamente os deveres ou regras de conduta impostos ou o plano individual de readaptação social, ou cometer crime pelo qual venha a ser condenado, mas que revele que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderam, por meio dela, ser alcançadas;
4. O cometimento de nova contravenção e outro crime, não **revela** que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderam, por meio dela, ser alcançadas, quando o Tribunal Colectivo entendeu, muito justamente, declarar suspensa a execução da pena de prisão aplicada ao recorrente;

5. O legislador pretendeu ao máximo evitar que as penas de prisão de curta duração fossem efectivamente executadas, sem que antes se esgotassem outros meios não privativos da liberdade, sabedor de quão nefasta é a influência da cadeia na personalidade dos indivíduos e para o próprio fim das penas;
6. À execução da pena curta de prisão, o legislador prefere a sua substituição por pena de multa ou outra pena não privativa de liberdade;
7. A apreciação sobre a falta de cumprimento dos deveres impostos na sentença como condicionantes da suspensão da pena deve ser cuidada e criteriosa, de modo que apenas uma falta **grosseira** do seu cumprimento ou a condenação por **crime em pena de prisão efectiva** determine a **revogação** da pena.
8. A revogação da suspensão da execução da pena só deverá ter lugar quando estiverem esgotados ou se mostrarem de todo ineficazes as restantes providências contidas na lei Penal.
9. Considera-se ter sido violado o disposto no artº 476º nº 3, conjugado com a alínea d), segunda parte, do nº 2 do artº 107º do CPP, o princípio do contraditório, ínsito no artº 36º da Lei Básica e o disposto no artº 54, nº1, al. b) do Código Penal.
10. No, aliás douto, despacho recorrido não se aplicaram bem as normas atrás mencionadas, conforme explanado no corpo destas alegações de recurso, devendo interpretá-las e aplicá-las conforme o propugnado nos números 1 a 8 destas conclusões.

Nestes termos e nos melhores de Direito [...], deverá ser dado provimento ao presente recurso, proferindo-se douto acórdão a anular a douta decisão recorrida, substituindo-a por uma outra que não seja privativa da liberdade [...]>> (cfr. o teor de fls. 59 a 60 dos autos, e *sic*).

A esse recurso, respondeu o Digno Delegado do Procurador junto do Tribunal recorrido, no sentido de manutenção do julgado, através de um conjunto de razões assim sumariadas na parte das conclusões da respectiva resposta constante de fls. 62 a 73 dos autos:

<<[...]

- 1- A jurisprudência entende que a audiência prévia do arguido para efeitos de revogação da suspensão da pena pode ser afastada quando a “*diligência*” não seja “*essencial*” para a “*descoberta da verdade*”;
- 2- Entendemos que se deve distinguir de várias situações : a revogação que se baseia em ***factos julgados e transitados em julgado ou não***;
- 3- No segundo caso deve sempre ser ouvido o arguido para apuramento da veracidade dos factos, por um lado, e as circunstâncias que afastam a ilicitude ou que atenuam a culpa por outro, a fim de salvaguardar o contraditório;
- 4- O mesmo já não se verifica com o primeiro, pois o *contraditório já foi devidamente exercido* em sede de audiência do julgamento, e as

declarações do arguido na audiência prévia não deve nem pode prevalecer sobre os factos transitados em julgado;

- 5- Pelo que, nas revogações que se baseiam em factos julgados e transitados em julgado *não devem revestir de obrigatoriedade* a audiência prévia do arguido;
- 6- A revogação da suspensão da execução da pena tem dois requisitos: um *formal* e outro *material*;
- 7 - *In casu*, não há dúvida que se verificou o requisito formal, e o facto de ter cometido uma mesma contravenção acompanhado de um crime, durante o período de suspensão, revela indubitavelmente, que as finalidades da suspensão não foram alcançadas, verificando-se também o requisito material;
- 8- Em adicional, o recorrente já tinha uma condenação anterior à dos presentes autos na mesma contravenção, pelo que a revogação representa uma medida de *ultimo ratio* o que é totalmente legal e adequado.

[...]>> (cfr. o teor de fls. 71 a 73 dos autos, e *sic*).

Subido o recurso para esta Segunda Instância, a Digna Procuradora-Adjunta, em sede de vista, emitiu o duto parecer de seguinte teor:

<<Inconformando com o duto despacho ora recorrido no sentido de revogar a suspensão da execução da pena já concedida, vem (A) interpor recurso, imputando

à decisão recorrida a “nulidade insanável” face ao disposto no artº 476º nº 3, conjugado com a al. d), segunda parte, do nº 2 do artº 107º do CPPM bem como a violação do princípio do contraditório e da norma contida na al. b) do nº 1 do artº 54º do CPM.

Antes de mais, é de notar que a nulidade prevista na al. d) do nº 2 do artº 107º do CPPM não tem a natureza de “insanável”, mas sim sanável, sendo a nulidade dependente de arguição.

Na óptica do recorrente, dado que não se procedeu à sua audiência prévia, a decisão recorrida sofre de indicada nulidade.

Nos termos do artº 476º nº 3 do CPPM, antes de decidir por despacho quais as consequências do incumprimento dos deveres ou regras de conduta impostas ou da condenação pela prática de qualquer crimes cometido durante o período de suspensão, o juiz deve recolher a prova, ouvir o parecer do MP bem como proceder à audição do assistente e do condenado.

Não consta dos autos que o recorrente foi previamente ouvido, o que pode, a nosso ver, configurar a nulidade sanável prevista no artº 107º nº 2, al. d) do CPPM (cfr. Acórdãos do TSI, de 13-9-2001 e 27-9-2001, proc. nº 144/2001 e nº 137/2001, respectivamente).

E parece-nos que, com a não audição do recorrente, foi posto em causa o princípio do contraditório.

Como se sabe, o princípio do contraditório, como princípio basilar no direito de processo penal de Macau, “traduz-se na oportunidade conferida a todo o participante processual de influir, através da sua audição pelo tribunal, no decurso do processo” (Figueiredo Dias, Direito Processual Penal, I, pág. 153).

Tratando-se de uma decisão que afete pessoalmente o condenado, compreende-se a razão de o legislador mandar o juiz dar oportunidade ao condenado para defender-se, antes de proferir tal decisão.

Sobretudo quando estamos perante um caso de revogação da suspensão da pena, em que este regime não funciona automaticamente pelo simples facto de o condenado ter violado os deveres ou regras de conduta impostos ou ter sido condenado pela prática de crime cometido durante o período de suspensão, sendo necessário apurar a culpa do condenado na sua conduta bem como a realização ou não das finalidades que estavam na base da suspensão da execução da pena (artº 54º do CPM), o tribunal deve cumprir as formalidades previstas na lei, realizando diligências necessárias e dando oportunidade para o condenado defender-se.

A não observância de tal formalidade podia influenciar na boa decisão da causa, tornando-se assim essencial para melhor apuramento e esclarecimento sobre a verificação ou não das condições/pressupostos para revogar a suspensão da execução da pena já concedida.

Assim sendo, parece-nos que a omissão de uma diligência que se deve reputar essencial para a decisão pode configurar a nulidade prevista no artº 107º nº 2, al. d) do CPPM, que foi tempestivamente arguida no prazo legal, pelo que se deve julgar procedente o recurso interposto, declarando a nulidade da decisão recorrida nos termos do artº 109º do CPPM.

* * *

Se assim não for entendido e no caso de eventualmente considerar não verificada tal nulidade, há que ser apreciada e decidida a questão levantada pelo recorrente sobre se deve ou não revogar a suspensão da execução da pena concedida ao recorrente.

Neste aspecto, não nos parece que lhe assiste razão.

Como se sabe, para fazer funcionar o instituto de revogação da suspensão previsto no artº 54º do CPM, é necessário verificar que, durante o período da suspensão da execução da pena, o condenado violou grave e reiteradamente os deveres ou regras de conduta impostos, ou cometeu outro crime, e revelar-se que as finalidades que motivaram a suspensão já não podem ser alcançadas por este meio.

Constata-se nos presentes autos que:

- Por sentença proferida em 22-1-1999, o recorrente foi condenado, por ter conduzido veículo na via pública sem estar habilitado para o efeito, na pena de 2 meses de prisão e na multa de MOP\$ 20.000,00 pela prática de uma contravenção p.p. pelo artº 67º nºs 1 e 2 do Código da Estrada, tendo a pena de prisão sido suspensa por 3 anos (cfr. fls. 12v e 13 dos autos).

- A sentença transitou em julgado em 1-2-1999.

- Por Acórdão proferido em 14-11-2003 e no processo nº PCC-045-01-3, o recorrente foi condenado na pena única e global de 5 meses de prisão e multa de MOP\$ 11.000,00 pela prática em 4-5-2000 de um crime de abandono e sinistrado p.p. pelo artº 62º nº 1 do, de uma contravenções p.p. pelos artºs 67º nº 1 e 71º e de uma contravenção p.p. pelos artºs 15º nº 1 e 72º nº 1, todos do Código da Estrada. E a execução da pena de prisão fica também suspensa por 3 anos, com a condição de o recorrente não poder conduzir sem carta durante esse período.

Daí que se pode afirmar com certeza que no decurso da suspensão da execução da pena decretada nos presentes autos, o recorrente voltou a praticar uma idêntica contravenção, conduzindo veículo sem estar habilitado e até causando o acidente de viação.

O recorrente entende que nas contravenções a revogação da suspensão da pena só pode ocorrer nos casos em que o arguido venha a cometer crime pressupondo uma condenação a pena de prisão efectiva ou a infringir grosseira ou repetidamente condição imposta na sentença.

Não podemos concordar com esta opinião.

Po rum lado, está expressamente consagrado no n.º 1 do art.º 124.º do CPM que “salvo disposição em contrário, o preceituado para os crimes é aplicável às contravenções”.

Daí resulta que, na falta de disposição em contrário, o crime referido no art.º 54.º do CPM não tem que ser entendido no próprio sentido restrito e o regime de revogação da suspensão da pena pode ser aplicável aos casos em que está em causa apenas a contravenção.

Por outro lado, do texto legal não permite concluir que no caso de cometer crime só a condenação a pena de prisão efectiva pode determinar a suspensão da execução da pena.

Tudo depende da realização ou não das finalidades que estavam na base da suspensão decretada.

Neste aspecto (na apreciação sobre a realização ou não das finalidades), parece-nos que a resposta deve ser negativa.

Repare-se que consta dos autos que o recorrente, antes de data dos factos reportados nos presentes autos, cometeu já uma contravenção p.p. pelo art.º 67.º n.ºs 1 e 2 da Código da Estrada e veio a ser condenado no processo contravencional n.º 129/98 (cfr. fls. 22 dos autos).

E no período de suspensão decretada nos presentes autos, voltou a cometer a nova contravenção da mesma natureza.

Pelo menos por três vezes o recorrente conduziu veículo sem estar habilitado e foi condenado e, face à ameaça de prisão feita com a suspensão da execução da pena, não tomou a atitude correcta e não mostrou arrependimento pela prática da contravenção pela qual já tinha sido condenado, o que revela também a sua falta de respeito pelas normas reguladoras de trânsito.

A finalidade político-criminal que a lei visa com o instituto da suspensão é o afastamento do delinquentes, no futuro, da prática de novos crimes (ou contravenções, quando está em causa a condenação pela prática de alguma contravenção).

No caso em apreço, estamos perante as contravenções mais graves e mais perigosos: condução sem estar habilitado. Com a reiterada prática de tal contravenção, somos levados a duvidar a eficácia e necessidade de lançar mão aos outros meios ou providências contidas na lei, como por exemplo, prorrogar o período de suspensão, já que com o seu comportamento o recorrente demonstrou que não se cumpriram as expectativas que motivaram a concessão da suspensão da pena

E não se deve pôr ao lado as necessidades de prevenção geral.

Pelo exposto, entendemos que estão verificados todos os pressupostos referidos no artº 54º do CPM para a revogação da suspensão da execução da pena, termos em que se deve negar provimento ao recurso e mantém a douta decisão ora recorrida.>> (cfr. o teor de fls. 79 a 81v dos autos, e *sic*).

Feito subsequentemente o exame preliminar dos autos pelo relator e corridos que estão os vistos legais pelos Mm.ºs Juízes-Adjuntos, cumpre agora decidir.

Para o efeito, urge coligir do exame dos autos os seguintes elementos pertinentes à decisão:

– antes de emissão do despacho judicial de 5 de Março de 2004 ora recorrido, o arguido (A) (ora recorrente) não chegou a ser ouvido pelo Tribunal *a quo* em sede do art.º 476.º, n.º 3, do Código de Processo Penal de Macau (CPP) (cfr. o que se pode alcançar do processado no Tribunal recorrido, analisado *a contrario sensu*);

– e do texto do acórdão condenatório proferido em 14 de Novembro de 2003 no processo comum colectivo n.º PCC-045-01-3 do 3.º Juízo do Tribunal Judicial de Base, e referido no despacho judicial ora recorrido, consta a seguinte matéria de facto dada por fixada:

<<1. Discutida a causa, resultaram provados os seguintes factos:

No dia 4 de Maio de 2000, por volta das 18H00, o arguido (A), sem ser titular de nenhuma carta de condução, conduzia o automóvel ligeiro particular MH-xx-x8, na Avenida de Dr Mário Soares, e seguia da direcção de Hotel Lisboa para Hotel Sintra.

Ao chegar ao cruzamento entre a Avenida Dr. Mário Soares com Avenida de D. João IV, o arguido não tinha reparado que vinha atrás viatura, virou à direita para

entrar na Avenida de D. João IV, e neste momento embateu no motociclo nº MC-xx-1x que estava também a circular atrás, na mesma faixa, o que causou a queda do mesmo provocando ferimentos na pessoa do seu condutor, (B).

O arguido ao aperceber-se do sucedido, abandonou a sua viatura e fugiu para os lados da Avenida de D. João IV, Avenida do Infante D. Henrique em direcção da Avenida de Almeida Ribeiro. O mesmo não abeirou-se da vítima que estava deitado no chão para saber da sua situação, nem telefonou para polícia embora que aí perto havia várias lojas comerciais que bem podia pedir telefone emprestado. E mais, quando o arguido passou pela porta da casa de lotaria “Pak Kap Pio”, onde havia um guarda da PSP em serviço, o mesmo não lhe transmitiu o sucedido (vide fls. 21 dos autos).

O guarda (nº 272851) que se encontrava fora de serviço, presenciou os factos e moveu-se em perseguição, e que finalmente em conjunto com o guarda (nº 129951) também fora de serviço conseguiram deter o arguido na Rua Dr. Pedro Lobo.

Este acidente de viação, foi causa directa e necessárias dos ferimentos na pessoa da vítima descritos e examinados a fls. 48, 107 e 109 dos autos, que aqui se dão por inteiramente reproduzidos.

Ao mesmo tempo, causou à vítima uma despesa hospitalar no total de MOP\$14,000 (vide fls. 44 dos autos) e uma despesa de reparação do motociclo em causa de MOP\$9,900 (vide fls. 87 e 88 dos autos).

O arguido não conduziu com a devida cautela para evitar que aconteça qualquer acidente.

Ao mesmo tempo, o arguido agiu livre, voluntária e conscientemente, não se preocupando com a situação da vítima que tinha embatido, e tinha perfeito conhecimento de que a sua conduta não era permitida por lei.

*

O veículo do arguido estava a circular na via de trânsito (cfr. artº 1º al. h) do C. de Estrada) esquerda da faixa de rodagem, enquanto o ciclomotor do ofendido encontrava-se a circular na via de trânsito do meio da faixa.

O veículo do arguido virou para os lados da Av. Dr. João IV sem ter feito qualquer sinal de mudança de direcção.

O arguido confessa os factos e mostra-se arrependido.

Encontra-se desempregado e tem a seu cargo a sua mãe. Possui como habilitações o curso primário incompleto.

*

O ofendido (B) desiste da queixa.

*

O ofendido, o arguido e a Companhia de Seguros de Macau chegaram a acordo quanto ao pedido cível de indemnização.

Consta em seu desabono do seu CRC junto aos autos o seguinte:

- por sentença de 27/04/1998, no Processo de Contravencional n° 129/98 do 1° Juízo (6ª Secção), foi condenado na multa de MOP\$10.000,00 patacas e trinta dias de prisão, substituído por igual de multa à taxa diária de cinquenta patacas, perfazendo a multa de MOP\$1.500,00, ou seja no total de multa de MOP\$11.500,00 e se a multa não for paga, nem substituída por trabalho, cumpre a pena de cento e cinquenta dias de prisão, pela prática p. e p. pelo art° 67° n°s 1 e 2 do CE; e

- por sentença de 22/01/1999 do Processo de Contravencional, n° 846/98 do 2° Juízo, foi condenado na pena de dois meses de prisão e na multa de vinte mil patacas, correspondente equitativamente em três meses de prisão alternativa, suspendendo a execução de pena de prisão por três anos, mas não a pena de multa, pela prática de contravenção de condução de veículo motorizado sem estar habilitado para o efeito p. e p. pelos art° 67° n° 1 e n° 2 do CE, art° 47° n° 1 e art° 125° n° 3 do CP e art° 7° n° 1 al. c) do DL 58/95/M de 15/11.

2. Não se provaram quaisquer outros factos relevantes, quer do pedido de indemnização quer das contestações apresentadas e que não estejam em conformidade com a factualidade acima assente.>> (cfr. o teor das págs. 5 a 8 desse acórdão, cuja cópia certificada se encontra junta a fls. 38 a 39v dos presentes autos, e *sic*).

Ora bem, e a nível de direito, vamo-nos ocupar, de antemão, da questão de falta de audição prévia do arguido recorrente antes do

proferimento do despacho judicial ora recorrido que revogou a suspensão da execução da pena de prisão então a ele aplicada no processo contravencional n.º 846/98 subjacente à presente lide recursória.

E sobre o alcance dessa questão eminentemente jurídica, é de seguir aqui de perto o nosso entendimento jurídico já veiculado no aresto definitivo deste TSI, de 11 de Julho de 2002 no processo n.º 112/2002.

De facto, para efeitos de decisão sobre a revogação da suspensão da prisão nos termos do n.º 1 do art.º 54.º do Código Penal de Macau (CP) – segundo o qual a suspensão da execução da pena de prisão é revogada sempre que, no decurso dela, o condenado a) infringir grosseira ou repetidamente os deveres ou regras de conduta impostos ou o plano individual de readaptação social, ou b) cometer crime pelo qual venha a ser condenado, e revelar que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderam, por meio dela, ser alcançadas – o CPP dispõe, no seu art.º 476.º, n.º 3, parte final, que o juiz decide da revogação da suspensão da pena “depois de recolhida a prova e antecedendo parecer do Ministério Público e audição do assistente e do condenado”.

No caso *sub judice*, é assente não ter o arguido sido ouvido pelo Tribunal *a quo* antes e para os feitos da emissão do despacho ora recorrido.

Assim, e pese embora a evidência de inverificação, *in casu*, de nenhuma das nulidades insanáveis previstas no art.º 106.º do CPP, nem da nulidade dependente de arguição prevista no art.º 107.º, n.º 2, al. d), primeira parte, do CPP por precisamente não estar em causa nem a fase do

inquérito nem a da instrução respectivamente previstas em geral nos art.ºs 245.º e 268.º do mesmo diploma adjetivo, poderia essa não audiência prévia do condenado ao arrepio da parte final do n.º 3 do art.º 476.º do CPP, e ora arguida tempestivamente pelo recorrente na sua motivação do recurso – ou seja, ainda dentro do prazo de dez dias contado de modo contínuo a partir da data de notificação pessoal do despacho ora recorrido, nos termos dos art.ºs 95.º, n.º 1, e 94.º do CPP, conjugados com o art.º 6.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 55/99/M, de 8 de Outubro, preambular do CPC – consubstanciar uma “nulidade dependente de arguição” prevista, em geral, no art.º 107.º, n.º 2, al. d), segunda parte, do CPP?

Ora, a resposta depende da consideração a fazer-se quanto ao carácter essencial ou não para a descoberta da verdade, da diligência de audiência prévia do ora recorrente antes da tomada da decisão recorrida de revogação da suspensão da sua prisão, visto que apesar de ser inegável que a parte final do n.º 3 do art.º 476.º do CPP traduz uma das manifestações possíveis do precioso princípio do contraditório vigente no processo penal como um dos vários princípios gerais enformadores de qualquer ramo de direito processual, a preterição deste princípio em casos concretos idênticos à situação do ora recorrente não conduz necessariamente ou de modo apriorístico, à figura de nulidade dependente de arguição prevista no art.º 107.º, n.º 2, al. d), segunda parte, do CPP, posto que o mesmo princípio do contraditório, não obstante fundamental em prol da dialéctica processual, pode ser afastado nos casos de manifesta desnecessidade.

Neste sentido, estamos, aliás, na esteira do acórdão deste Tribunal de

Segunda Instância de 13 de Setembro de 2001 no processo n.º 144/2001, que se ocupou também designadamente da questão da falta de audiência prévia do condenado antes da decisão de revogação da suspensão da prisão, por um lado, e, por outro lado, do acórdão deste Tribunal de 7 de Março de 2002 no processo n.º 9/2002, no qual se pronunciou pela desnecessidade da audiência prévia do condenado recluso pretendente da liberdade condicional, no caso de negação pelo juiz da concessão de liberdade antecipada com fundamento na segura falta de verificação – face aos elementos suficientemente constantes do processo de liberdade condicional e por ele analisados – do pressuposto material para a sua concessão cumulativamente exigido pela al. b) do n.º 1 do art.º 56.º do CP, por efeito da consideração das necessidades da prevenção geral do tipo de crime por cuja prática o recluso foi condenado.

E em lugar paralelo em processo civil, podemos nos referir ainda ao aresto deste Tribunal de 26 de Outubro de 2000 no processo n.º 157/2000 (*in Acórdãos do Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.*, II Tomo, 138 a 146), a propósito da subsunção no art.º 201.º, n.º 1, do anterior Código de Processo Civil de 1961, correspondente ao art.º 147.º, n.º 1, do actual CPC, da questão de preterição da audiência prévia do requerido quanto à conversão da lide executiva em processo de falência ou insolvência nos termos do art.º 870.º, n.º 1, do CPC de 1961, onde se considerou nomeadamente, com muita pertinência para a interpretação da segunda parte da al. 4 do n.º 2 art.º 107.º do CPP, com termos essencialmente homólogos à segunda parte do n.º 1 do art.º 147.º do vigente CPC:

“Assente que foi preterido este princípio [*com nota nossa: do contraditório*], quais as consequências na situação em apreço?

(...)

Como faz notar o Prof. Alberto dos Reis (in “*Comentário ao Código de Processo Civil*” 2ª, 484) “*é ao tribunal que compete, no seu prudente arbítrio decretar ou não a nulidade, conforme entende que a irregularidade cometida pode ou não exercer influência no exame ou decisão da causa*”.

(...)”

Pois bem, e voltando ao caso concreto dos presentes autos, tendo em conta que o Tribunal *a quo* revogou a suspensão da prisão do ora recorrente com base na constatação da prática, por este, de uma nova contravenção de “condução por não habilitado”, de natureza totalmente idêntica à daquela pela qual tinha sido condenado na prisão em causa, e tendo essa nova contravenção sido acompanhada de um acto voluntário, praticado dolosamente pelo mesmo agente ora recorrente, de abandono do sinistrado do acidente de viação causado pela mesma conduta contravencional (isto tudo precisamente de acordo com a matéria de facto já dada por assente no acórdão de 14 de Novembro de 2003 do processo comum colectivo n.º PCC-045-01-3 do 3.º Juízo do Tribunal Judicial de Base), a audição do condenado ora recorrente mostra-se-nos, na verdade, não essencial para a descoberta da verdade das circunstâncias em que foi feita aquela nova conduta contravencional descrita no art.º 67.º, n.º 1, do Código da Estrada, posto que considerado o acima referenciado quadro

factual que rodeou a prática da nova contravenção em causa, nos é evidente que as finalidades que estavam na base da suspensão não poderão mais, por meio dela, ser alcançadas, pelo que é de manter o despacho judicial ora recorrido, aliás, na esteira da seguinte análise feita nesta parte pela Digna Procuradora-Adjunta no seu Parecer:

<<Como se sabe, para fazer funcionar o instituto de revogação da suspensão previsto no artº 54º do CPM, é necessário verificar que, durante o período da suspensão da execução da pena, o condenado violou grave e reiteradamente os deveres ou regras de conduta impostos, ou cometeu outro crime, e revelar-se que as finalidades que motivaram a suspensão já não podem ser alcançadas por este meio.

Constata-se nos presentes autos que:

- Por sentença proferida em 22-1-1999, o recorrente foi condenado, por ter conduzido veículo na via pública sem estar habilitado para o efeito, na pena de 2 meses de prisão e na multa de MOP\$ 20.000,00 pela prática de uma contravenção p.p. pelo artº 67º nºs 1 e 2 do Código da Estrada, tendo a pena de prisão sido suspensa por 3 anos (cfr. fls. 12v e 13 dos autos).

- A sentença transitou em julgado em 1-2-1999.

- Por Acórdão proferido em 14-11-2003 e no processo nº PCC-045-01-3, o recorrente foi condenado na pena única e global de 5 meses de prisão e multa de MOP\$ 11.000,00 pela prática em 4-5-2000 de um crime de abandono e sinistrado p.p. pelo artº 62º nº 1 do, de uma contravenções p.p. pelos artºs 67º nº 1 e 71º e de uma contravenção p.p. pelos artºs 15º nº 1 e 72º nº 1, todos do Código da Estrada. E a execução da pena de prisão fica também suspensa por 3 anos, com a condição de o recorrente não poder conduzir sem carta durante esse período.

Daí que se pode afirmar com certeza que no decurso da suspensão da execução da pena decretada nos presentes autos, o recorrente voltou a praticar uma idêntica contravenção, conduzindo veículo sem estar habilitado e até causando o acidente de viação.

O recorrente entende que nas contravenções a revogação da suspensão da pena só pode ocorrer nos casos em que o arguido venha a cometer crime pressupondo uma condenação a pena de prisão efectiva ou a infringir grosseira ou repetidamente condição imposta na sentença.

Não podemos concordar com esta opinião.

Po rum lado, está expressamente consagrado no nº 1 do artº 124º do CPM que “salvo disposição em contrário, o preceituado para os crimes é aplicável às contravenções”.

Daí resulta que, na falta de disposição em contrário, o crime referido no artº 54º do CPM não tem que ser entendido no próprio sentido restrito e o regime de revogação da suspensão da pena pode ser aplicável aos casos em que está em causa apenas a contravenção.

Por outro lado, do texto legal não permite concluir que no caso de cometer crime só a condenação a pena de prisão efectiva pode determinar a suspensão da execução da pena.

Tudo depende da realização ou não das finalidades que estavam na base da suspensão decretada.

Neste aspecto (na apreciação sobre a realização ou não das finalidades), parece-nos que a resposta deve ser negativa.

Repare-se que consta dos autos que o recorrente, antes de data dos factos reportados nos presentes autos, cometeu já uma contravenção p.p. pelo artº 67º nºs 1 e 2 da Código da Estrada e veio a ser condenado no processo contravencional nº 129/98 (cfr. fls. 22 dos autos).

E no período de suspensão decretada nos presentes autos, voltou a cometer a nova contravenção da mesma natureza.

Pelo menos por três vezes o recorrente conduziu veículo sem estar habilitado e foi condenado e, face à ameaça de prisão feita com a suspensão da execução da pena, não tomou a atitude correcta e não mostrou arrependimento pela prática da contravenção pela qual já tinha sido condenado, o que revela também a sua falta de respeito pelas normas reguladoras de trânsito.

A finalidade político-criminal que a lei visa com o instituto da suspensão é o afastamento do delinquent, no futuro, da prática de novos crimes (ou contravenções, quando está em causa a condenação pela prática de alguma contravenção).

No caso em apreço, estamos perante as contravenções mais graves e mais perigosos: condução sem estar habilitado. Com a reiterada prática de tal contravenção, somos levados a duvidar a eficácia e necessidade de lançar mão aos outros meios ou providências contidas na lei, como por exemplo, prorrogar o período de suspensão, já que com o seu comportamento o recorrente demonstrou que não se cumpriram as expectativas que motivaram a concessão da suspensão da pena

E não se deve pôr ao lado as necessidades de prevenção geral.

Pelo exposto, entendemos que estão verificados todos os pressupostos referidos no artº 54º do CPM para a revogação da suspensão da execução da pena,

termos em que se deve negar provimento ao recurso e mantém a douta decisão ora recorrida.>> (cfr. o teor do referido Parecer, a partir do ante-penúltimo parágrafo da fls. 80 a 81v dos presentes autos, e *sic*).

Em harmonia com o acima exposto, **acordam em negar provimento ao recurso**, com custas nesta Instância pelo recorrente, com seis UC (três mil patacas) de taxa de justiça.

Passe mandados de detenção do arguido recorrente para efeitos de notificação pessoal do presente acórdão e de condução imediata do mesmo ao Estabelecimento Prisional de Macau para cumprimento da pena de prisão aplicada no processo contravencional n.º 846/98, actualmente do 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Base.

Macau, 24 de Junho de 2004.

Chan Kuong Seng (relator)

Lai Kin Hong

José Maria Dias Azedo – *vencido nos termos da declaração de voto que segue.*

Declaração de voto

Sem quebra do muito respeito devido à posição pelos meus Exm^{os} Colegas assumida no douto Acórdão que antecede, e no seguimento do entendimento que sobre a questão temos vindo a adoptar, somos de opinião que em sintonia com o “princípio do contraditório”, impõe o artº 476º, nº 3 do C.P.P.M. a audição do arguido antes da decisão de revogação da suspensão da execução da pena que lhe tinha sido fixada, e que, com a sua omissão, comete-se a nulidade prevista no artº 107º, nº 1 al. d) do mesmo código; (cfr. v.g., o Ac. de 27.09.2001 por nós relatado no Proc. nº 137/2001 e a nossa declaração de voto anexa ao Ac. de 11.07.2002, Proc. nº 112/2002, onde se citam outras decisões – e cujas considerações sobre a questão aqui se dão como reproduzidas – podendo-se ver ainda no mesmo sentido e mais recentemente, os Acs. da Rel. de Coimbra e de Lisboa de 30.04.2003 e 27.11.2003, in C.J., Ano XXVIII, T.II, pág. 50 e “www.dgsi.pt/jtrl”, respectivamente).

Com efeito, mostra-se-nos ser esta a solução que em melhor harmonia está com os “direitos processuais do arguido” – “em qualquer fase do processo” – consagrados no artº 50º, nº 1 al. a) e b) do referido código, onde, expressamente, se preceitua como tal: o de “estar presente aos actos

processuais que directamente lhe digam respeito” e “ser ouvido pelo juiz sempre que ele deva tomar qualquer decisão que pessoalmente o afecte”.

Cremos pois que só assim se assegura efectivamente o “direito de defesa” em consonância com o qual nenhuma decisão contra o arguido deve ser tomada sem que o mesmo tenha tido a possibilidade de discuti-la em condições de plena liberdade e igualdade com os restantes actores processuais, designadamente o Ministério Público, não sendo de se olvidar também que o processo penal – “instrumento privilegiado de agressão dos direitos liberdades e garantias individuais, e, ao mesmo tempo, um meio indispensável para a sua protecção ...”; (cfr. João C. Correia in, “Contributo para a análise da inexistência e das nulidades processuais penais”, pág. 191 – deve configurar-se em termos de ser um “due process of Law”, devendo assim considerar-se ilegítimos todos os procedimentos que impliquem um encurtamento das possibilidades de defesa do arguido.

Aliás, mostra-se-nos de salientar ainda que, “in casu”, a decisão recorrida foi apenas proferida após decorrido já estar o período de três anos fixado para a suspensão (sem que houvesse qualquer decisão de prorrogação), e cerca de quatro anos depois da data dos factos pelos quais foi o arguido novamente condenado, (uma vez mais em pena suspensa na sua execução), pelo que, sendo de encarar a “decisão de revogação” – em especial, de uma pena de curta duração como é o caso – como “ultima ratio”, afigura-se-nos

também de considerar que, no mínimo, e independentemente do demais,
“aconselhável” era a sua prévia audição.

Macau, aos 24 de Junho de 2004

José Maria Dias Azedo